

# ÍNDICE GERAL

---

## 1ª PARTE

### PROCESSO DE CONHECIMENTO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Introdução . . . . .	3
1. Processo de conhecimento ou de cognição . . . . .	3
2. O procedimento na fase de cognição . . . . .	4
3. Estrutura geral do processo de conhecimento de primeiro grau . . . . .	4
4. As etapas do procedimento . . . . .	5
5. Etapas do procedimento ordinário . . . . .	6
6. Estrutura do procedimento sumário . . . . .	7
7. Estrutura dos procedimentos especiais . . . . .	7
8. Procedimento em grau superior. . . . .	9

### PROCESSO COMUM DE CONHECIMENTO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (Primeiro Grau de Jurisdição)

#### PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Capítulo I – Etapa postulatória . . . . .	11
§ 1º – A demanda . . . . .	11
I. Noções fundamentais . . . . .	11
II. O pedido . . . . .	12
III. Espécies de pedido . . . . .	12
IV. Modificações do pedido . . . . .	14
V. Cumulação de pedidos . . . . .	14
VI. <i>A causa petendi</i> . . . . .	17
VII. A petição inicial . . . . .	18
VIII. O valor da causa . . . . .	19
IX. Ajuizamento e distribuição da petição inicial . . . . .	21
§ 2º – O despacho liminar. . . . .	23
I. Objeto do despacho liminar . . . . .	23
II. Natureza do despacho liminar . . . . .	24
III. Despacho liminar de conteúdo negativo . . . . .	24
IV. Despacho liminar de conteúdo positivo. . . . .	26

§ 3º – Citação do réu . . . . .	27
I. Generalidades . . . . .	27
II. Modalidades da citação . . . . .	28
III. Impedimentos à citação . . . . .	31
IV. Efeitos da citação . . . . .	32
V. Momento de produção dos efeitos nos casos de falta e de nulidade da citação . . . . .	35
VI. Repetição e renovação da citação . . . . .	36
§ 4º – Resposta do réu. . . . .	36
I. Generalidades . . . . .	36
II. Contestação . . . . .	38
III. Exceções. . . . .	41
IV. Reconvenção . . . . .	44
V. Outras possíveis atitudes do réu. . . . .	47
Capítulo II – Etapa de saneamento . . . . .	49
§ 5º – As providências preliminares . . . . .	49
I. Generalidades . . . . .	49
II. Enumeração das providências preliminares. . . . .	50
§ 6º – A decisão de saneamento. . . . .	51
I. Conceito e natureza . . . . .	51
II. Objeto . . . . .	52
III. Eficácia preclusiva da decisão de saneamento . . . . .	53
Capítulo III – Etapa instrutória . . . . .	55
§ 7º – O procedimento probatório em geral. . . . .	55
I. Noções introdutórias . . . . .	55
II. Proposição, admissão e determinação de provas . . . . .	55
§ 8º – A produção das provas em espécie. . . . .	57
I. Depoimento pessoal da parte . . . . .	57
II. Confissão . . . . .	59
III. Exibição de documento ou coisa . . . . .	60
IV. Prova documental . . . . .	62
V. Prova testemunhal. . . . .	63
VI. Prova pericial . . . . .	69
VII. Inspeção judicial. . . . .	73
Capítulo IV – Etapa decisória . . . . .	77
§ 9º – Audiência de instrução e julgamento. . . . .	77
I. Generalidades . . . . .	77
II. Características e estrutura da audiência . . . . .	77
III. Adiamento e antecipação da audiência . . . . .	79
IV. A tentativa de conciliação . . . . .	80
V. O juiz na audiência de instrução e julgamento . . . . .	82
§ 10 – Julgamento em primeiro grau. . . . .	83
I. Generalidades . . . . .	83
II. Publicação e intimação da sentença. . . . .	84
III. Resolução do mérito em primeiro grau sem realização de audiência . . . . .	86
IV. Antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional . . . . .	87
V. Situação do processo após a resolução do mérito em primeiro grau . . . . .	87

Capítulo V – Modificações do procedimento ordinário . . . . .	91
§ 11 – Cumulatividade superveniente . . . . .	91
I. Generalidades . . . . .	91
II. Ação declaratória incidental. . . . .	92
§ 12 – Abreviação do procedimento . . . . .	95
I. Resolução do mérito na fase de saneamento . . . . .	95
II. Extinção do processo com resolução do mérito. . . . .	96
III. Julgamento antecipado da lide . . . . .	97
IV. Conciliação das partes na etapa de saneamento. . . . .	98

### PROCEDIMENTO SUMÁRIO

Capítulo único . . . . .	101
§ 13 – Âmbito de incidência . . . . .	101
I. Delimitação . . . . .	101
II. Exclusão do procedimento ordinário . . . . .	102
§ 14 – Estrutura do procedimento . . . . .	104
I. Generalidades . . . . .	104
II. A demanda . . . . .	105
III. Despacho liminar e citação do réu . . . . .	105
IV. Tentativa de conciliação. . . . .	106
V. Resposta do réu . . . . .	107
VI. Atividade de instrução . . . . .	108
VII. Julgamento da causa. . . . .	109
VIII. Recursos. . . . .	111

### RECURSOS

Capítulo I – Generalidades . . . . .	113
§ 15 – Conceito e classificações . . . . .	113
I. Os recursos como meios de impugnação das decisões judiciais . . . . .	113
II. Classificações dos recursos . . . . .	114
§ 16 – Admissibilidade e mérito . . . . .	115
I. Distinção entre os conceitos. . . . .	115
II. Juízo de admissibilidade . . . . .	116
III. Juízo de mérito . . . . .	121
§ 17 – Efeitos dos recursos . . . . .	122
I. Efeitos da interposição . . . . .	122
II. Cessação dos efeitos da interposição . . . . .	124
III. Efeitos do julgamento . . . . .	127
§ 18 – O sistema de recursos: visão de conjunto . . . . .	128
I. Enumeração dos recursos . . . . .	128
II. Distribuição dos recursos conforme os atos impugnados. . . . .	129
Capítulo II – Os recursos em espécie . . . . .	131
§ 19 – Apelação . . . . .	131
I. Requisitos de admissibilidade. . . . .	131
II. Efeitos da interposição . . . . .	133
III. Questões novas no juízo da apelação . . . . .	136

IV.	Procedimento no juízo <i>a quo</i> . . . . .	137
V.	Procedimento no tribunal . . . . .	139
§ 20 – Agravo . . . . .		143
I.	Requisitos de admissibilidade . . . . .	143
II.	Efeitos da interposição . . . . .	145
III.	Regimes . . . . .	145
IV.	Procedimento . . . . .	146
§ 21 – Embargos infringentes . . . . .		149
I.	Requisitos de admissibilidade . . . . .	149
II.	Efeitos da interposição . . . . .	150
III.	Procedimento . . . . .	152
IV.	Embargos infringentes contra decisão de primeiro grau . . . . .	154
§ 22 – Embargos de declaração . . . . .		155
I.	Requisitos de admissibilidade . . . . .	155
II.	Efeitos da interposição . . . . .	156
III.	Procedimento . . . . .	156
§ 23 – Recurso ordinário constitucional . . . . .		157
I.	Requisitos de admissibilidade . . . . .	157
II.	Efeitos da interposição e procedimento . . . . .	158
§ 24 – Recurso especial . . . . .		159
I.	Requisitos de admissibilidade . . . . .	159
II.	Efeitos da interposição . . . . .	160
III.	Procedimento . . . . .	160
§ 25 – Recurso extraordinário . . . . .		163
I.	Requisitos de admissibilidade . . . . .	163
II.	Efeitos da interposição . . . . .	166
III.	Procedimento no tribunal recorrido . . . . .	167
IV.	Procedimento no Supremo Tribunal Federal . . . . .	169
V.	Recurso extraordinário (e/ou especial) retido . . . . .	172
§ 26 – Embargos no Supremo Tribunal Federal . . . . .		173
I.	Visão de conjunto . . . . .	173
II.	Embargos de divergência . . . . .	174
III.	Embargos infringentes . . . . .	175
IV.	Embargos de declaração . . . . .	175
Capítulo III – Incidentes no julgamento de grau superior . . . . .		177
§ 27 – Uniformização da jurisprudência . . . . .		177
I.	Generalidades . . . . .	177
II.	Pressupostos . . . . .	177
III.	Procedimento . . . . .	178
§ 28 – Declaração de inconstitucionalidade . . . . .		181
I.	Generalidades . . . . .	181
II.	Pressupostos . . . . .	182
III.	Procedimento . . . . .	183

## LIQUIDAÇÃO E CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

Capítulo I – Liquidação da sentença . . . . .	189
---	-----

§ 29 – Cabimento e características gerais . . . . .	189
I. Cabimento e natureza . . . . .	189
II. Características gerais . . . . .	190
§ 30 – Modalidades . . . . .	191
I. Generalidades . . . . .	191
II. Liquidação por arbitramento . . . . .	191
III. Liquidação por artigos. . . . .	192
Capítulo II – Cumprimento da sentença . . . . .	193
§ 31 – Cumprimento da sentença nos casos de obrigação não pecuniária . . . . .	193
I. Generalidades . . . . .	193
II. Cumprimento da sentença no caso de obrigação de fazer ou não fazer. . . . .	193
III. Cumprimento da sentença no caso de entrega de coisa . . . . .	194
§ 32 – Cumprimento da sentença no caso de obrigação pecuniária . . . . .	195
I. Generalidades . . . . .	195
II. Início da fase executiva . . . . .	195
III. Despacho liminar . . . . .	197
IV. Procedimento subsequente . . . . .	197
V. Cominação de multa. . . . .	198
VI. Impugnação do executado. . . . .	199

## 2ª PARTE

### PROCESSO DE EXECUÇÃO

Introdução . . . . .	205
1. Processo de execução. . . . .	205
2. Espécies de execução . . . . .	206
3. O procedimento no processo de execução . . . . .	211
4. Instauração do processo de execução. . . . .	212
5. Execução de obrigação alternativa . . . . .	213

### EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA

Capítulo único . . . . .	215
§ 1º – Entrega de coisa certa . . . . .	215
I. Generalidades . . . . .	215
II. Linhas fundamentais do procedimento . . . . .	216
III. Casos especiais . . . . .	217
§ 2º – Entrega de coisa incerta . . . . .	218
I. Generalidades . . . . .	218
II. Procedimento . . . . .	219

### EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER

Capítulo I – Meios de sub-rogação . . . . .	221
§ 3º – Execução das obrigações de fazer . . . . .	221
I. Generalidades . . . . .	221
II. Execução das obrigações com prestação fungível . . . . .	222
III. Execução das obrigações com prestação infungível . . . . .	224
IV. “Execução” das obrigações de emitir declaração de vontade . . . . .	225

§ 4º – Execução das obrigações de não fazer . . . . .	226
I. Generalidades . . . . .	226
II. Procedimento . . . . .	227
Capítulo II – Meios de coerção . . . . .	229
§ 5º – Generalidades . . . . .	229
I. Razão de ser e natureza . . . . .	229
II. Campo de aplicação . . . . .	230
§ 6º – Modo de atuação . . . . .	230
I. Aplicabilidade conforme o caso . . . . .	230
II. Procedimento . . . . .	231
<b>EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA</b>	
Capítulo I – Execução por quantia certa contra devedor solvente . . . . .	233
§ 7º – Generalidades . . . . .	233
I. Campo de aplicação . . . . .	233
II. Modalidades e estrutura . . . . .	234
§ 8º – Apreensão de bens . . . . .	237
I. Penhora: conceito e objeto . . . . .	237
II. Procedimento da penhora . . . . .	241
III. Efeitos da penhora . . . . .	245
IV. Modificações da penhora . . . . .	246
V. Destino dos bens penhorados . . . . .	248
§ 9º – Avaliação . . . . .	250
I. Generalidades . . . . .	250
II. Procedimento . . . . .	250
§ 10 – Expropriação . . . . .	252
I. Generalidades . . . . .	252
II. Adjudicação . . . . .	253
III. Alienação por iniciativa particular . . . . .	256
IV. Arrematação . . . . .	258
§ 11 – Pagamento ao credor . . . . .	266
I. Generalidades . . . . .	266
II. Entrega de dinheiro . . . . .	267
III. Usufruto de móvel ou imóvel . . . . .	269
§ 12 – Modalidades especiais de execução por quantia certa contra devedor solvente . . . . .	271
I. Execução contra a Fazenda Pública . . . . .	271
II. Execução de prestação alimentícia . . . . .	273
III. Execução fiscal . . . . .	275
Capítulo II – Execução por quantia certa contra devedor insolvente . . . . .	279
§ 13 – Generalidades . . . . .	279
I. Pressupostos . . . . .	279
II. Estrutura geral . . . . .	280
§ 14 – Declaração da insolvência . . . . .	280
I. Pressupostos . . . . .	280

II.	Insolvência requerida por credor . . . . .	281
III.	Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio . . . . .	283
IV.	A sentença e seus efeitos . . . . .	284
§ 15 – A	execução universal . . . . .	285
I.	Generalidades . . . . .	285
II.	Verificação e classificação dos créditos . . . . .	287
III.	Pagamento dos credores . . . . .	289
IV.	Situação dos credores retardatários . . . . .	289
§ 16 – Extinção	das obrigações . . . . .	291
I.	Generalidades . . . . .	291
II.	Procedimento . . . . .	292
III.	A sentença e seus efeitos . . . . .	293

### EMBARGOS DO DEVEDOR

Capítulo único . . . . .	295	
§ 17 – Generalidades . . . . .	295	
I.	Conceito e natureza . . . . .	295
II.	Requisitos de admissibilidade . . . . .	296
III.	Juízo competente . . . . .	297
§ 18 – Espécies e fundamentos . . . . .	298	
I.	Espécies de embargos . . . . .	298
II.	Fundamentos dos embargos . . . . .	300
§ 19 – Procedimento . . . . .	303	
I.	Fase postulatória . . . . .	303
II.	Julgamento dos embargos . . . . .	305

## 3ª PARTE

### PROCESSO CAUTELAR

Introdução . . . . .	309	
1.	Processo cautelar: noção . . . . .	309
2.	Características gerais . . . . .	309
3.	Estrutura do Livro III . . . . .	310
Capítulo único – Procedimento comum . . . . .	313	
§ 1º – Estrutura do procedimento . . . . .	313	
I.	Características gerais . . . . .	313
II.	A demanda . . . . .	314
III.	O despacho liminar . . . . .	315
IV.	Citação e defesa do réu . . . . .	315
V.	Procedimento após a fase postulatória . . . . .	316
VI.	Fase decisória . . . . .	318
§ 2º – Questões particulares . . . . .	318	
I.	Substituição, modificação e revogação da medida cautelar . . . . .	318
II.	Duração da eficácia da medida cautelar . . . . .	319

---

III.	Relações entre o processo cautelar e o principal . . . . .	320
IV.	Peculiaridades do processo cautelar quando requerido o Poder Público. . .	321
	Índice Alfabético-Remissivo . . . . .	323